



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 237/2017–ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 8.454/2016

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO Nº 01/2016-ML. INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO. IRREGULARIDADES NA REPRESENTAÇÃO EXCLUSIVA DE ARTISTAS. SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL E ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO. **DECISÃO Nº 6.128/2016.** SOBRESTAMENTO DO FEITO. SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS À SEJUS/DF.
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE QUE O **TCDF** CONSIDERE PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO EM RELAÇÃO A DETERMINADAS CONTRATAÇÕES E CHAME EM AUDIÊNCIA OS RESPONSÁVEIS.
3. **AQUIESCÊNCIA DO PARQUET ESPECIALIZADO.**

1. O presente processo foi instituído para exame da Representação nº 1/2016-ML, que aborda possíveis **irregularidades na contratação de artistas** para apresentação em eventos realizados pela **Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI** e pelas **Secretarias de Estado de Cultura – SEC/DF e de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF**, especialmente no que concerne à comprovação de **representação exclusiva dos artistas pela Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda.**, em atenção à exigência contida no disposto no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993.

2. Na última apreciação do feito, realizada na Sessão Ordinária nº 4.917, de 1/12/2016, o e. **TCDF** proferiu a r. Decisão nº 6.128/2016, nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: **a)** do Ofício n.º 185/2016/GAB/RAXXI (e-DOC EB70EA2B-c), encaminhado pela Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI; **b)** do Ofício n.º 245/2016-GAB/SEC (e-DOC F61A3C8E-c), protocolado pela Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal – SEC/DF; **c)** dos esclarecimentos prestados pela empresa Star Comércio, Locação de Serviços Ltda. EPP (e-DOC FD9B8109-c); **d)** da Informação n.º 181/2016-3ª Diacom (e-DOC E18027B3-e); **e)** do Parecer n.º 1.084/2016–ML (e-DOC F877C410-e); II – considerar atendida a diligência constante do item II da Decisão n.º 1.445/2016; III – **sobrestar** o exame de mérito da Representação n.º 1/2016-ML; IV – com fulcro no art. 230, § 7º, do Regimento Interno do TCDF, conceder prazo de 30 (trinta) dias para que a **Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – Sejus/DF** apresente **esclarecimentos** quanto às irregularidades mencionadas na Representação n.º 1/2016-ML relacionadas ao **Processo n.º 400.001.120/2010**; V – dar ciência desta decisão ao ilustre Representante; VI – autorizar: a) o envio de cópia da Representação n.º*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

01/2016-ML, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Sejus/DF, para auxílio no cumprimento da diligência constante do item IV precedente; b) o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos e no original).

3. A SEJUS, convocada por meio do Ofício nº 12.292/2016-GP (e-DOC 91B33010-e), prestou esclarecimento ao e. **TCDF** por meio do Ofício nº 1.080/2016-GAB/SEJUS (e-DOC 39CE50DC-c).

4. Após compulsar a referida manifestação, o Corpo Instrutivo, no exame empreendido na Informação nº 5/2017 – DIACOMP3 (e-DOC C813ECD6-e), concluiu nos seguintes termos:

“II - DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELA SEJUS EM VIRTUDE DO ITEM IV DA DECISÃO Nº 6.128/2016

5. No Parecer nº 1084/2016 – GPML (Peça 52), o Ministério Público aponta que a Pasta Distrital teria, no Processo nº 400.001.120/2010, contratado a empresa Star Comércio, Locação e Serviços Gerais sem a devida licitação, para a prestação dos **serviços de locação de palcos, tendas e alambrados**. Tal contratação seria ilegal, pois não estava configurada a inviabilidade de competição.

6. A Sejus, no Memorando nº 169/2016 – GECONT/SUAG, esclarece (fls. 3/4 da Peça 65):

‘Em atenção ao Memorando nº 1267/2016 - SUAG/SEJUS, que se reporta ao Ofício nº 12292/2016 - GP, encaminhado a esta Pasta pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, passamos a tecer as considerações abaixo.

O expediente remetido pelo TCDF diz respeito à Decisão nº 6128/2016, proferida por aquela Corte de Contas na Sessão Ordinária nº 4917, realizada em 01/12/2016. Dentre outras providências, o Tribunal decidiu conceder prazo de 30 (trinta) dias para que esta Secretaria de Justiça apresente esclarecimentos quanto às irregularidades mencionadas na Representação nº 1/2016 - ML, relacionadas ao Processo nº 400.001.120/2010.

Formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF, a aludida Representação versa sobre possíveis irregularidades na contratação da empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda.

O Processo nº 400.001.120/2010 refere-se à contratação de serviços para a realização de paradas da Diversidade LGBT. A SEJUS e a empresa supracitada firmaram ajuste tendo por objeto a prestação de serviços de locação de palcos moduláveis, tendas e alambrados de segurança.

A contratação foi efetuada mediante participação na Ata de Registro de Preços nº 0020/2010, oriunda do Pregão Eletrônico nº 1187/09, realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal.

O ajuste foi formalizado por meio da Nota de Empenho nº 2010NE00632, emitida em 01/07/2010, em consonância com o disposto no art. 62, § 40, da Lei nº 8.666/93, que permite a substituição do termo de contrato por outros instrumentos hábeis, nas hipóteses que especifica.

Vale ressaltar que a mencionada substituição foi previamente analisada e aprovada pela Assessoria Jurídico-Legislativa desta Pasta, conforme Despacho nº 357/2010 - AJL (fls. 67/68 - Processo nº 400.001.120/2010).

Desse modo, não vislumbramos irregularidades nos procedimentos atinentes à contratação firmada entre a SEJUS e a Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda., uma vez que foi precedida de regular procedimento licitatório, obedecendo aos ditames legais e infra legais pertinentes às licitações e contratos administrativos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Ademais, cumpre salientar que a Representação nº 1/2016 diz respeito à apuração de irregularidades na contratação direta com fundamento no art. 25, III, da Lei nº 8.666/93 (contratação de profissional do setor artístico).

*Portanto, conclui-se que, salvo melhor juízo, o ajuste celebrado com a SEJUS ‘**alberga objeto estranho ao escopo da representação**’, consoante destacado pelo próprio Ministério Público de Contas’.*

7. Os esclarecimentos da Jurisdicionada demonstram que a contratação em análise não ocorreu sem o devido procedimento licitatório. Houve, na realidade, a **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2010 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão**, conforme se depreende da Autorização de Compra no SRP nº 3926/2010 de fls. 48/50 da Peça 14.

8. Vale destacar que **a matéria não foi abordada na Informação nº 181/2016 – 3ª Diacom (Peça 49)**, porque o próprio **Parquet declarou que o Processo nº 400.001.120/2010 albergava objeto estranho ao escopo da representação em destaque (fl. 4 da Peça 3).**” (Grifos acrescidos).

5. Ao final da instrução, a Área Técnica sugeriu ao c. **Plenário**:

“I - tomar conhecimento do Ofício nº 1080/2016-GAB/SEJUS da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, bem como dos vários documentos anexos (Peça 64):

*II - **deliberar** sobre os conteúdos da **Informação nº 181/2016 – 3ª Diacom (Peça 49)** e do **Parecer nº 1084/2016 – GPML (Peça 52)**;*

III - autorizar o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).

6. É o relatório. Passo a opinar.

7. De início, destaco a opinião **convergente** deste Órgão Ministerial em relação às considerações e as conclusões emitidas pela zelosa Unidade Técnica na Informação nº 5/2017-3ª DIACOMP (e-DOC C813ECD6-e).

8. A propósito, vale destacar que a SEJUS, atendendo ao desiderato do Ofício nº 07/2016-ML, remeteu cópia do Processo nº 400.001.120/2010 por intermédio do Ofício nº 108/2016-GAB/SEJUS. A referida contratação em comento constitui o objeto do questionamento emanado pelo e. **TCDF** por intermédio do **item IV** da r. Decisão nº 6.128/2016.

9. Ao analisar o Processo nº 400.001.120/2010, presente nos autos em exame na forma do e-DOC BAE13A6F-e, este **MPC/DF** constatou que a Star Comércio, Locação e Serviços Gerais Ltda. foi contratada para locação de palcos moduláveis, tendas e alambrados de segurança para realização do **Projeto das Seis Paradas das Diversidades LGBT**.

10. Ademais, a par das informações contidas na **nota de empenho 2010NE00032** e no expediente à fl. 48 do Processo nº 400.001.120/2010, verifica-se que a contratação da sociedade empresária decorreu da Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0020/2010¹, derivada

¹ DODF nº 46, de 2/2/2010, p. 46.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

do PE nº 1.187/2009, que foi conduzido pela Subsecretaria de Suprimentos Central de Licitações da então Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal.

11. Nessa esteira, conforme rememorou o zeloso Corpo Instrutivo, o aludido feito alberga objeto diverso do escopo da representação em destaque, uma vez que Peça Vestibular visa à apreciação de possíveis irregularidades em contratações diretas com espeque no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993.

12. Sendo assim, premente é o **levantamento do sobrestamento** determinado pela r. Decisão nº 6.128/2016 (e-DOC B51F62DD-e), visto que foi superada a **questão preliminar** suscitada no Parecer nº 1.084/2016-ML (e-DOC F877C40-e).

13. Volvendo o exame ao mérito da Exordial, oportuno rememorar a avaliação empreendida por este **Parquet** especializado no Parecer nº 1.084/2016 (e-DOC F877C40-e):

*“15. Ultrapassada essa questão preliminar e **adentrando à apreciação do mérito** dos esclarecimentos apresentados, entendo oportuno transcrever a análise realizada pelo Corpo Instrutivo na Informação nº 181/2016-3ª Diacomp (e-DOC E18027B3-e).*

III.2 - DOS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS ACERCA DA REPRESENTAÇÃO Nº 01/2016-ML

6. A Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI, sobre os fatos descritos na Representação nº 01/2016 – ML, pontificou (Peça 28):

Cumprimentando-o cordialmente, faço uso do presente, para apresentar esclarecimentos quanto processo de nº 301.000.027/2013 acerca das possíveis irregularidades da Empresa Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. O processo foi autuado em 07 de Fevereiro de 2014 para contratação de artistas e/ou bandas para a Realização do Evento Cultural: ‘PROJETO MULTISOCIAL NAS COMUNIDADES’ (Violência contra a Mulher, drogas e Bullying) realizado em 22/03/2014.

Os autos foram instruídos e enquadrado na modalidade de Inexigibilidade Licitação, consoante art. 25, III da Lei 8666/93:

‘Art. 25. E inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública’.

A instrução processual para a contratação dos serviços em questão, foi realizado com fundamentos nas disposições contidas no Decreto Distrital nº 34.577/2013 que dispõe sobre a contratação de artista pela Administração pública do Distrito Federal, e neste caso esta RA, optou pelo sistema de contratação artística por meio de CREDENCIAMENTO que é a forma de contratação de profissionais do setor artístico cadastrados e habilitados por uma Comissão de Credenciamento, composta por servidores da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, nos termos do art.4º e Capítulo IV do decreto supracitado e ainda com a contratação de duas Bandas nos termos do Art. 25 do mesmo Decreto. É importante destacar que a realização do evento em questão foi realizado em 2014, ou seja, na gestão do governo anterior, sendo inexequível identificar má-fé das partes envolvidas no contrato. No entanto verifica-se que foram acostados aos autos as documentações pertinentes por parte dos contratados para a legalidade do evento. Por seu turno, o processo observou o Contrato de Exclusividade apresentado nos autos Processo no 301.000.027/2014, (fl. 112) assinado e reconhecido firma em 06/12/2013 conforme



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

jurisprudência sedimentada pelo Tribunal de Contas da União contida no Informativo de Licitações e Contratos nº 186, de Fevereiro de 2014.

*'5. Na contratação direta de artistas consagrados, com base no inciso III do art. 25 da Lei 8666/93, por meio de intermediários ou representantes, deve ser apresentada cópia do contrato, registrado em cartório, de exclusividade dos artistas com o empresário contratado. O contrato de exclusividade difere da autorização que dá exclusividade apenas para os dias correspondentes a apresentação dos artistas e é restrita a localidade do evento, na qual não se presta para fundamentar a inexigibilidade.' (Acórdão 642, **Primeira Câmara**, Rel. Min. **Valmir Campelo**, 1810212014).*

*O MPC/DF já se manifestou que as contratações de artistas, que tenham apenas declaração ou carta de exclusividade para data certa ou mesmo para prazo curto **não atendem aos ditames legais e ao entendimento jurisprudencial**'.*

Desta forma, entende-se que a declaração apresentada pela empresa C&D produções de eventos LTDA - ME não aplica-se ao evento do Riacho Fundo II pois a mesma possui data certa e evento específico, a época realizado em São Sebastião, que se exauriu após a realização do evento, motivo pelo qual se considerou como requisito de Exclusividade as informações contidas no Contrato' (sic).

*7. Já a Secretaria de Cultura não abordou as questões levantadas pelo Parquet. Afirmou, apenas, que **'...esta gestão não tem outros esclarecimentos a apresentar quanto ao entendimento esposado pelas autoridades à época dos fatos'** (Ofício nº 245/2016-GAB/SEC – Peça 29).*

8. A Star Locação de Serviços Ltda. EPP, por sua vez, quanto às situações narradas na Representação nº 01/2016 – ML, asseverou (Peça 47):

'Constata-se por meio do dispositivo supracitado que a contratação direta para o artista, cuja intermediação seja realizada por empresário, é possível desde que seja comprovado se tratar de empresário exclusivo do artista a ser contratado.

Nesse conteúdo, a empresa Recorrente comprovou devidamente, em todos os contratos firmados, deter a exclusividade dos artistas por ela representados e citados na Representação pelo i. Parquet. Sendo que a posse de tais direitos abarcam a representação dos artistas e seus interesses em geral.

Ao contrário do que alega a Recorrida, o termo de exclusividade firmado entre os artistas ora mencionados não eram restritos apenas ao dia e localidade de realização das apresentações artísticas. Nos termos de exclusividade apresentados à administração não constavam as datas de término da representação artística. A declaração ou carta de exclusividade é firmada entre a empresa e o artista a ser representado por ela, e tem a condão de estabelecer uma relação de confiança entre a empresário e o artista, sendo que este representa os seus interesses financeiros e artísticos. No caso em comento, a empresa representou os interesses do artista ora mencionado perante a Administração Pública. O referido instrumento tem como base legal o artigo 25 da Lei 8.666/93.

Por meio da carta de exclusividade o artista confia a seu representante que medeie as contratações, negociando o valor a ser pago a título de cachê, e os demais interesses pertinentes a essa relação de representação. Nesse sentido, não houve irregularidade por parte dessa empresa Recorrente no que tange à documentação apresentada por ela junto à Administração Pública referentes aos eventos mencionados, sendo que dentre eles consta a declaração de exclusividade devidamente reconhecida e registrada em cartório'.

III.3 - DA ANÁLISE DO CONTROLE EXTERNO

*9. As Tabelas II a V abordam as irregularidades apontadas pelo Ministério Público nos **Processos n.ºs 150.000.711/2012, 150.002.683/2011, 150.003.014/2012 e 301.000.027/2014.***

Tabela II



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Processo n° 150.000.711/2012 (Peça 11)
<p>Fatos A Secretaria de Cultura do DF, em consonância com o projeto básico elaborado pela Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais (fls. 1/9 da Peça 11), contratou a empresa Star Locação de Serviços Ltda. como representante exclusiva dos grupos Voz sem Medo, Tropa de Elite, Renascer, DJ Ocimar e DJ Jamaika por R\$ 60.000,00 para apresentação no Encontro de Equipes de Som em 01/04/2012. Cabe destacar que o referido projeto básico foi elaborado a partir da proposta da empresa contratada (fl. 27 da Peça 11) e não a partir da solicitação inicial de apoio feita pela entidade promotora do evento – ONG Liberty Universal (fls. 11/21 da Peça 11). Os grupos solicitados pela promotora diferiam, inclusive, dos contratados pela Secretaria. A representação exclusiva dos grupos Voz sem Medo, Tropa de Elite, Renascer, DJ Ocimar e DJ Jamaika por parte da firma contratada foi comprovada com as declarações de exclusividade de 119 (20/3/2012), 171 (22/3/2012), 229 (20/3/2012) e 275 (23/3/2012) da Peça 11. Causa estranheza o fato de alguns desses documentos serem firmados na mesma data (fls. 119 e 229 da Peça 11), apesar de envolverem grupos distintos. As datas das declarações de exclusividade são próximas da data do evento em destaque (1/4/2012), demonstrando que havia relação pontual e não duradoura entre a Star Locação de Serviços Ltda. e os grupos mencionados.</p>
<p>Ilegalidade Ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93</p>
<p>Responsável pela ilegalidade A responsabilidade pela ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93 deve recair sobre a Senhora Maria de Fátima Santos de Deus, então Subsecretária de Políticas de Promoções Culturais, que atestou a representação artística exclusiva em análise, quando da elaboração do projeto básico da contratação.</p>
Tabela III
Processo n° 150.002.683/2011 (Peça 10)
<p>Fatos A Secretaria de Cultura do DF, em consonância com o projeto básico elaborado pela Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais (fls. 1/7 da Peça 10), contratou a empresa Star Locação de Serviços Ltda. como representante exclusiva dos grupos Jhonny e Rahony, Forró Garotos.Com e Nando e Maycol por R\$ 55.000,00 para apresentação no 11° Encontro Motociclístico do DF em 23/09/2011 a 25/09/2011. Cabe destacar que o referido projeto básico foi elaborado a partir da proposta da empresa contratada (fl. 29 da Peça 10) e não a partir da solicitação inicial de apoio feita pelas entidades promotoras do evento – SINDMOTO e SINDMOTOTÁXI (fls. 9/27 da Peça 10). As promotoras, inclusive, não especificaram quais artistas deveriam ser contratados pela Secretaria. A representação exclusiva dos grupos Jhonny e Rahony, Forró Garotos.Com e Nando e Maycol por parte da firma contratada foi comprovada com as declarações de exclusividade de fls. 51 (15/9/2011), 105 (16/9/2011) e 161 (2/9/2011) da Peça 10. As datas das declarações de exclusividade são próximas das datas do evento em destaque (23/09/2011 a 25/09/2011), demonstrando que havia relação pontual e não duradoura entre a Star Locação de Serviços Ltda. e os grupos mencionados.</p>
<p>Ilegalidade Ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93</p>
<p>Responsável pela ilegalidade A responsabilidade pela ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93 deve recair sobre a Senhora Maria de Fátima Santos de Deus, então Subsecretária de Políticas</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

de Promoções Culturais, que atestou a representação artística exclusiva em análise, quando da elaboração do projeto básico da contratação.

Tabela IV

Processo n° 150.003.014/2012 (Peça 9)

Fatos

A Secretaria de Cultura do DF, em consonância com o projeto básico elaborado pela Subsecretaria de Políticas e Promoções Culturais (fls. 1/4 da Peça 9), contratou a empresa Star Locação de Serviços Ltda. como representante exclusivo do artista André Valadão por R\$ 55.000,00 para apresentação no Festa pela Paz – Festival de Bandas em 13/10/2012.

Cabe destacar que o referido projeto básico foi elaborado a partir da proposta da empresa contratada (fl. 5 da Peça 9) e não a partir da solicitação inicial de apoio feita pela entidade promotora do evento – Grupo Geração Eleita (fls. 7 e 11/15 da Peça 9). A promotora, inclusive, não especificou quais artistas deveriam ser contratados pela Secretaria.

A representação exclusiva do artista André Valadão por parte da firma contratada foi comprovada com a declaração de exclusividade de fl. 47 (5/10/2012) da Peça 9.

A data da declaração de exclusividade é próxima da data do evento em destaque (13/10/2012), demonstrando que havia relação pontual e não duradoura entre a Star Locação de Serviços Ltda. e artista mencionado.

Ilegalidade

Ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93

Responsável pela ilegalidade

A responsabilidade pela ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93 deve recair sobre os Senhores Raquel Durrewald Pickersgill, então Diretora de Promoções Culturais, e Dorival Gomes Brandão Neto, então Subsecretário de Políticas de Promoções Culturais, que atestaram a representação artística exclusiva em análise, quando da elaboração e aprovação do projeto básico da contratação.

Tabela V

Processo n° 301.000.027/2014 (Peças 4 a 8)

Fatos

A Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI, em consonância com o projeto básico elaborado pela Gerência de Cultura, Esporte e Lazer da RA XXI (fls. 5/21 da Peça 8), solicitou das empresas KW Produções e Eventos e Star Locação de Serviços Ltda. proposta de preço para apresentação de bandas no Projeto Multisocial nas Comunidades (Violência contra a Mulher, Drogas e Bullying) em 23/3/2014 (fls. 23/28 da Peça 8).

A KW Produções e Eventos ofertou o preço de R\$ 35.000,00 para apresentação da Banda Imagem no evento (fls. 32/35 da Peça 8). A representação exclusiva foi comprovada pelo documento de fl. 36 da Peça 8 (26/12/2013).

A Star Locação de Serviços Ltda. ofertou o preço de R\$ 80.000,00 para apresentação da Banda Nechiville no evento (fl. 40 da Peça 7). A representação exclusiva foi comprovada pelo documento de fl. 41 da Peça 7 (6/12/2013).

As datas dos contratos de exclusividade para duas empresas são bem anteriores ao evento. Além disso, o prazo de vigência dos ajustes pode chegar a até 12 (doze) meses. Tal fato, salvo melhor juízo, configura uma relação duradoura entre as empresas representantes e os artistas representados. Não houve, assim, ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei n° 8.666/93

Vale destacar que as demais bandas que se apresentaram no evento foram contratadas pelo Sistema Geral de Administração Cultural – SISCULT (Peça 6)

10. Os fatos relatados indicam que a representação exclusiva das bandas por parte da Star Locação de Serviços Ltda. foi forjada nos eventos promovidos pela Secretaria de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Cultura, configurando ofensa ao inciso III do art. 25 da Lei de Licitações e ato de improbidade administrativa. Não havia, de fato, uma relação duradoura entre os representados e a empresa representante de forma a evidenciar a representação exclusiva.

11. Sobre o assunto, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na Ação Civil nº 25793320125058500, pontificou:

'ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÁRIO. DE FRAUDE A PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CAUSA DE INEXIGIBILIDADE NÃO CONFIGURADA. CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA O SÃO JOÃO DO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA/SE. IMPOSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO. CONDUTA ÍMPROBA DENQUADRADA NO ART. 10, VIII, DA LEI Nº 8.249/92. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRESENÇA DE DOLO POR PARTE DOS DEMANDADOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.

1. Apelação interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face de sentença responsável por julgar improcedente a ação civil pública de improbidade administrativa proposta pelo ora apelante em face de JOSE AUGUSTO DOS SANTOS E OUTRO, com base na suposta ilegalidade da contratação, por inexigibilidade de licitação, de shows para o 'São João de Paz e Amor' no município de Areia Branca/SE, incidindo-se, pois, na hipótese prevista no art. 10, inciso VIII, da Lei 8.429/92, com a consequente aplicação das penalidades previstas no art. 12, inciso II ou, subsidiariamente, inciso III da referida lei.

2. Relatório emitido pela Controladoria Geral da União concluiu que a contratação efetuada por inexigibilidade de licitação da empresa CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA para a promoção de shows para o 'São João de Paz e Amor' no município de Areia Branca/SE não se sustenta, tendo em vista que as cartas de exclusividade acostadas ao certame se referiam a apenas aquele evento específico e não a exclusividade do artista ou de seu empresário para lidar com a Administração Pública, em termos genéricos, como exclusivo representante.

3. Patente é a ilegalidade no procedimento de inexigibilidade da licitação, vez que a exclusividade elucidada no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93 pressupõe uma relação contratual duradoura, e não algo pontual, destinado à apresentação em um único evento. Neste viés, a empresa em comento agiu como mera intermediária, pelo fato de as cartas de exclusividade das bandas serem somente destinadas a apresentações específicas, com datas marcadas.

4. Ademais, restou também descumprido o requisito da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública, vez que, pela análise das propagandas das bandas contratadas, depreende-se que se tratam de bandas de pequeno porte, cujo estilo musical não lhes são peculiar e nem foram por elas criado, podendo ser perfeitamente apresentado por outras. Neste viés, plenamente possível a concorrência, de modo que possibilitaria à Administração Pública a contratação pelo menor preço.

5. Entretanto, para fins de incidência do art. 10 da Lei 8.429/92, mister é a efetiva comprovação do dano patrimonial aos cofres públicos, e não a mera violação de qualquer um de seus incisos. Precedente: AgRg no AREsp 374.913/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 11/04/2014.

6. Não conseguiu o parquet federal quantificar o dano aos cofres públicos isto porque não foram trazidos aos autos os gastos da União caso tivesse ocorrido o certame licitatório, o que delimitaria o montante que foi pago a mais e permitiria a condenação de ressarcimento integral do dano.

7. Da análise das provas contidas nos autos, depreende-se que o ex-gestor municipal direcionava os empresários das bandas a JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS - responsável pela empresa demandada - para que assinassem cartas de exclusividade,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

condição sine qua non para contratação e apresentações no município de Areia Branca. Tal condicionante era igualmente informada pelo representante da empresa CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

8. Com tais condutas, resta clarividente o dolo e a má-fé dos agentes em fraudar certame licitatório, com a consequente violação dos princípios da legalidade e da moralidade - ambos esculpidos no art. 37 da Carta Maior - tornando possível a condenação dos demandados nos termos do art. 11 da Lei de Improbidade.

9. Condenação dos réus nas seguintes penas do art. 12 da LIA: a) ASCENDINO DE SOUZA SANTOS - suspensão dos direitos políticos e proibição de contratação com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de 5 (cinco) vezes o valor da remuneração que recebia como prefeito; b) JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS - suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); c) CENTRAL PROPAGANDA & PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de 3 (três) anos, bem como pagamento de multa civil no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

10. Apelação parcialmente provida' (grifo nosso). (...) (Grifos acrescidos e no original)

*16. Conforme aduziu o Corpo Instrutivo em seu documento técnico, os esclarecimentos apresentados pela SEC/DF e pela Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda. não tiveram o condão de elidir os indícios de irregularidade levantados na peça inaugural acerca da comprovação de exclusividade da citada sociedade empresária na representação dos artistas contratados nos **Processos nºs 150.000.711/2012, 150.002.683/2011 e 150.003.014/2012**. Por conseguinte, remanescem presentes os indicativos de irregularidade indicados por este Órgão Ministerial, o que evoca a convocação em **audiência** dos gestores responsáveis.*

*17. Não é novo o repúdio das cc. **Cortes de Contas** para com situações dessa natureza, em que a interveniência de terceiros para a realização de shows se mostra pontual, onerando indevidamente os cofres públicos. A propósito, transcrevo ementa do sedimentado entendimento do c. **Tribunal de Contas da União**:*

'TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DECORRENTE DA CONVERSÃO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE. IRREGULARIDADES DIVERSAS NA GESTÃO DOS RECURSOS DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSES, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - PBF, PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE E PROGRAMA DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA - PNATE, ASSIM COMO TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO VINCULADAS AO SUS - PAB/VARIÁVEL. 1. Nos termos art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, cabe aplicar multa aos responsáveis por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 2. Quando da contratação de artistas consagrados, enquadrados na hipótese de inexigibilidade prevista no inciso III do art. 25 da Lei n. 8.666/1993, por meio de intermediários ou representantes, deve ser apresentada cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório. 3. O contrato de exclusividade dos artistas difere da autorização que assegura exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação e que é restrita à localidade do evento.' (Acórdão nº 351/2015, 2ª Câmara, Rel. Min.-Substituto **Marcos Bemquerer**).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

18. Nesse particular, conforme consignou o Corpo Técnico na Informação nº 181/2016 – 3ª DIACOMP (e-DOC E18027B3-e) e na Matriz de Responsabilização (e-DOC E1373A72-e), o e. **TCDF** deve determinar a convocação em audiência dos agentes públicos responsáveis pela verificação dos documentos remetidos para comprovar a representação exclusiva dos artistas contratados.

19. Desse modo, no que concerne aos **Processos nº 150.000.711/2012 e 150.002.683/2011**, a c. **Corte de Contas** deve determinar a oitiva da Sra. **Maria de Fátima Santos de Deus**. Já em relação ao ajuste entabulado no **Processo nº 150.003.014/2012**, o e. **TCDF** deve determinar a convocação em audiência da Sra. **Raquel Durrewald Pickersgill** e do Sr. **Dorival Gomes Brandão Neto**.

20. **Todavia**, no tocante ao **Processo nº 150.000.711/2012**, em adendo ao propugnado pelo Corpo Instrutivo, este **MPC/DF** entende que, além dos gestores nominados na Matriz de Responsabilização elaborada pelo zeloso Corpo Técnico, a audiência também deve englobar os Srs. **Alexandre Pereira Rangel**, que autorizou a emissão de empenho sem a competente análise jurídica, conforme fl. 173 do **Processo nº 150.000.711/2012**, e o Sr. **Hamilton Pereira da Silva**, responsável pela ratificação da inexigibilidade de licitação, fl. 175 do **Processo nº 150.000.711/2012**.

21. A sugestão do **MPC/DF** tem espeque na identificação de falha grave na condução do processo de culminou na contratação direta objeto do **Processo nº 150.000.711/2012**, qual seja a ausência de assinatura de agente competente no parecer jurídico da assessoria jurídico-legislativa da SECULT, fls. 156/160 do **Processo nº 150.000.711/2011**. **In casu**, ao compulsar os autos, verificou-se que o aludido documento foi firmado exclusivamente por estagiário de direito.

22. Ora, considerando a **incompetência absoluta do signatário** da avaliação jurídica, a qual, vale dizer, incluiu o exame da comprovação da representação exclusiva dos artistas, é possível afirmar que os atos subsequentes foram maculados. Dessa forma, a autorização da emissão de empenho e a ratificação da inexigibilidade de licitação também possuem pecha, pois foram realizadas sem qualquer estribo jurídico, em afronta ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

23. Ademais, este **MPC/DF**, em **dissonância** do entendimento alcançado pelo Corpo Técnico, entende que as ponderações apresentadas em atenção à r. Decisão nº 1.445/2016 **não afastam as irregularidades identificadas no Processo nº 301.000.027/2014**, firmado entre a Administração Regional do Riacho Fundo – RA XXI e a Star Comércio, Locação e Serviços Gerais Ltda.

24. **In casu**, ao compulsar os autos, verifica-se que a Administração Regional não buscou comprovar a veracidade das informações apresentadas para comprovar a inviabilidade de competição. Aos olhos do **MPC/DF**, a conduta negligente do órgão distrital culminou na contratação de profissional comprovadamente agenciado por mais de um representante, o que afasta a exclusividade requerida como permissivo para contratação direta.

25. Conforme apontado na exordial, a Banda Nechivile, representada pela Star Comércio, Locação de Serviços Gerais Ltda., para apresentação no Evento Cultural 'Projeto Multisocial nas Comunidades' (Violência contra a Mulher, Drogas e Bulling), realizado em 22/3/2014, foi representada pela **C&D Produções e Eventos Ltda.** para apresentação no evento Feicisa, realizado em



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

São Sebastião no dia 22/11/2013, conforme fl. 118 do Processo nº 301.000.027/2014.

26. Outrossim, este MPC/DF constatou que a C&D Produções e Eventos Ltda. representou a Banda Nechivile em contratação realizada pela Administração Regional do Núcleo Bandeirante para apresentação em 28/12/2013, conforme ratificação publicada no DODF nº 38, de 19/2/2014, p. 85.

27. Desse modo, no sentir deste Órgão Ministerial, o documento acostado fl. 113 do Processo nº 301.000.027/2014, não parece comprovar a exclusividade exigida para contratação direta com espeque no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993. É questionável a caracterização da exclusividade, não sendo improvável concluir que a comprovação foi realizada mediante documentos incompatíveis com a finalidade do aludido dispositivo da Lei Geral de Licitações.

28. Importante relembrar que, ao trespassar a declaração de exclusividade a outrem, o seu detentor, ou o próprio artista, desfigura o instituto da exclusividade previsto no art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, que assegura os benefícios da relação profissional duradoura e de confiança necessários a esse tipo de contratação.

*29. Vale mencionar que tais contratos de exclusividade devem ser pautados na **fidúcia**, ou seja, na confiança entre representante e representado, denotando uma relação duradoura e não apenas para a data de determinado evento, **condição notadamente não verificada na contratação realizada pela RA**. A propósito, o Código Civil, ao tratar do contrato de agência em seu art. 711, **reforça o caráter não eventual do ajuste em destaque**.*

30. Assim sendo, entender possível a exclusividade por período certo ou, mais grave ainda, para data certa, equivaleria a aceitar a confiança com prazo de validade, o que, a toda evidência, não parece razoável.

*31. Nesse contexto, aos olhos do MPC/DF, a assinatura de acordos com diferentes representantes em **curto período de tempo** destoa da perenidade depreendida do dispositivo da Lei Geral de Licitações. Sendo assim, a deflagração da irregularidade evoca a **convocação em audiência dos responsáveis pelo ajuste em destaque**.*

*32. A propósito, o exame dos autos do Processo nº 301.000.027/2014 conduz ao entendimento de que deve ser convocado em audiência o Sr. Dilson de Sousa Pimentel, então Gerente de Cultura, Esporte e Lazer da RA XXI, visto que o indigitado agente público foi responsável pela **condução da contratação direta tratada no processo em destaque** e, por conseguinte, pela avaliação do contrato de exclusividade objurgado, conforme é possível depreender do documento à fl. 263 do Processo nº 301.000.027/2014." (Grifos no original e acrescidos).*

14. As ponderações apresentadas pela SEJUS em atenção à determinação contida na r. Decisão nº 6.128/2016 (e-DOC B51F62DD-e) não possuem o condão de modificar o exame de mérito realizado no Parecer nº 1.084/2016-ML (e-DOC F877C40-e), no que concerne aos ajustes entabulados pela Administração Regional do Riacho Fundo II – RA XXI e pela Secretaria de Estado de Cultura – SEC/DF. Sendo assim, este MPC/DF ratifica as sugestões contidas no indigitado opinativo.

15. Por conseguinte, o **Parquet** sugere ao c. **Plenário** que:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

I. **levante** o sobrestamento determinado no item III da r. Decisão nº 6.128/2016

II. **considere**, no mérito, **procedente** a Representação nº 1/2016-ML em relação às irregularidades identificadas nos Processos nºs 150.000.711/2012, 150.002.683/2011, 150.003.014/2012 e 301.000.027/2014;

III. **determine** a **audiência** dos agentes responsáveis pelas irregularidades identificadas nos Processos nºs 150.000.711/2012, 150.002.683/2011, 150.003.014/2012 e 301.000.027/2014, conforme individualização contida no quadro a seguir:

Contratações com indícios de irregularidade	Responsáveis
150.000.711/2012 – SEC/DF	Maria de Fátima Santos de Deus, Alexandre Pereira Rangel e Hamilton Pereira da Silva
150.002.683/2011 – SEC/DF	Maria de Fátima Santos de Deus
150.003.014/2012 – SEC/DF	Raquel Durrewald Pictesrgill e Dorival Gomes Brandão Neto
301.000.027/2013 – RA XXI	Dilson de Sousa Pimentel

É o Parecer.

Brasília, 20 de março de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador